Operação Lesa Pátria

A10

PF prende três por suspeita de financiar atos do 8 de Janeiro

PEPITA ORTEGA

A Polícia Federal prendeu ontem, na 25,ª etapa da Operação Lesa Pátria, três suspeitos de financiar o 8 de Janeiro. Os detidos são os empresários Joveci Xavier de Andrade e Adauto Lúcio de Mesquita, sócios da rede de supermercados Melhor Atacadista, que possui lojas em Goiás e no Distrito Federal, e Diogo Arthur Galvão, que trabalha em uma empresa do ramo de madeira em Campi-

nas (SP). Joveci Andrade e Diogo Galvão estiveram na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia dos ataques de radicais bolsonaristas. Galvão fez "lives" de dentro dos prédios públicos invadidos.

Segundo a PF, agentes cumpriram 24 mandados de busca e apreensão, três de prisão preventiva e sete de monitoramento eletrônico, nos Estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo, além do Distrito Federal. As ordens judiciais foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Durante buscas em Palmas, a PF encontrou, na casa de um empresário, valores em espécie: US\$ 126 mil, R\$ 104 mil e € 20 mil. Também apreendeu 70 armas e um veículo Hummer.

A Operação Lesa Pátria mira envolvidos diretos e indiretos na invasão e depredação das sedes do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo. Moraes também determinou a indisponibilidade de bens, ativos evalores dos investigados, novalor de até R\$ 40 milhões – montante estimado dos danos causados ao patrimônio público pelos radicais.

A investigação apura suspeita de abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e destruição e deterioração ou inutilização de bemespecialmente protegido. Procuradas pela reportagem, as defesas de Joveci Andrade, Adauto Mesquita e Diogo Galvão não haviam se manifestado até a noite de ontem.

Operação Nero

Em outra ofensiva, PF fez buscas na investigação que mira atos de vandalismo em Brasília em 2022

VANDALISMO. Também ontem, a PF abriu a 2.ª etapa da Operação Nero, que investiga a tentativa de invasão da sede da corporação, em Brasília, além de outros atos de vandalismo ocorridos em dezembro de 2022. Com autorização do STF, foram realizadas buscas em endereços em Rondônia, São Paulo e no Distrito Federal.

No dia 12 de dezembro daquele ano, radicais depredaram a 5ª Delegacia de Polícia da capital federal e atearam fogo em carros e ônibus em protesto contra a prisão do líder indígena bolsonarista José Acácio Serere Xavante, decretada por Moraes. Mais cedo, o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, havia sido diplomado. O hotel onde o petista estava hospedado teve de ser cercado pela Polícia Militar.

Os alvos da Operação Nero são suspeitos de dano qualificado, incêndio majorado, associação criminosa, abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de Estado. As penas para tais crimes, somadas, podem chegar a 24 anos de prisão. A primeira fase ostensiva da investigação foi deflagrada ainda em dezembro de 2022, com a prisão de quatro investigados. ©COLABOROU LUCI RISERO

Atos antidemocráticos

Deputado Capitão Assumção tem prisão mantida

O deputado estadual Capitão Assumção (PL-ES), pré-candidato à prefeitura de Vitória, teve a prisão preventiva mantida

após passar por audiência de custódia, ontem. Ele havia sido detido no dia anterior pela Polícia Federal, na capital do

Espírito Santo, por descumprir medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no inquérito dos atos antidemocráticos.

A ordem de prisão atendeu a pedido do Ministério Público do Espírito Santo. Capitão Assumção é investigado por participar dos bloqueios de estradas promovidos por bolsonaristas após a eleição de 2022. Ele ganhou projeção por ajudar a liderar a greve da PM no Espírito Santo em 2017.

O advogado Fernando Dilen disse que vai recorrer para tentar revogar a prisão preventiva. • RAYSSA MOTTA

